

**CONFERÊNCIA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NA CERIMÔNIA DE
ENTREGA DO TÍTULO DE *DOCTOR HONORIS CAUSA* PELA
UNIVERSIDADE DE BUENOS AIRES - “BRASIL-ARGENTINA UMA
RELAÇÃO ESTRATÉGICA: SUA EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS NUM
MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO”**

Quero expressar inicialmente o profundo reconhecimento e a grande satisfação com que recebo o título de Doutor *Honoris Causa* que o Conselho Superior da Universidade de Buenos Aires decidiu conferir-me. É para mim uma honra adicional receber este título no ano em que a Universidade de Buenos Aires comemora seus 180 anos de existência.

Criada por Bernadino Rivadavia em 1821 – um ano antes, portanto, de proclamada a Independência brasileira – a Universidade de Buenos Aires foi ao longo dos séculos XIX e XX importante centro de pesquisa, ensino e reflexão e, igualmente, caixa de ressonância da história do país. Estou certo de que, juntamente com sua Faculdade de Direito, por onde passou boa parte dos homens públicos argentinos e na qual tantos eminentes juristas lecionaram e lecionam, a Universidade de Buenos Aires continuará, no novo século, a constituir referência obrigatória e vetor diretivo da educação na construção da sociedade argentina.

As razões que levaram a Universidade de Buenos Aires a conceder-me tão alta honraria foram generosamente mencionadas pelo professor Aldo Ferrer em suas palavras de apresentação. Recebo assim este título não só como prestigiosa manifestação de apreço a minha obra acadêmica e a minha vida de intelectual, mas também como expressão de reconhecimento ao meu empenho em prol das relações Brasil-Argentina.

Ao refletir sobre essa dupla motivação registro que a expressão pública inicial desse empenho foi o livro *Argentina e Brasil no Sistema das Relações Internacionais*. Escrito em parceria com meu amigo Felix Peña e publicado, em 1973, com prefácio de Hélio Jaguaribe, um dos tradicionais e recorrentes mentores da aliança estratégica entre nossos dois países, o livro foi editado em Buenos Aires e em São Paulo, num momento de fortes tensões e rivalidades. Ele enfrentava as tendências ao afastamento entre os dois países e já propunha uma aliança estratégica como forma de unir forças e vontades para lidar criativamente na região e no mundo

com os desafios que se colocavam na agenda internacional para os países em desenvolvimento.

Esse primeiro empenho demonstra como, ao longo de minha trajetória, a vocação acadêmica esteve sempre associada ao interesse pelos acontecimentos e ao sentimento de que a ação tem no trabalho intelectual um complemento necessário. Testemunha, por outro lado, uma característica comum à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, minha *alma mater*, e à Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires. Ambas são instituições que, para além da excelência acadêmica que lhes é reconhecida, destacam-se igualmente por sua importância histórica como centros formadores de nossas nacionalidades.

Por isso, a distinção que hoje recebo tem um significado especial para um antigo aluno e hoje professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Fundada em 1827, seis anos depois da Universidade de Buenos Aires, a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, como é conhecida, sempre desempenhou importante papel na cultura, no direito e na política de meu país, isso já muito antes de integrar-se à Universidade de São Paulo, criada em 1934.

A referência à Faculdade de Direito de São Paulo oferece-me ocasião para mencionar dois ilustres brasileiros, com vínculos especiais com a Argentina e que também freqüentaram, como alunos, as arcadas do Largo de São Francisco. Refiro-me a Rui Barbosa e ao Barão do Rio Branco.

Rui Barbosa foi designado em 1916, pelo presidente Venceslau Brás, Embaixador Extraordinário para a comemoração do primeiro centenário da Proclamação da Independência da República Argentina. Naquela ocasião, findas as festividades, pronunciou na Faculdade de Direito de Buenos Aires, ao receber o título de *Professor Honoris Causa*, importantíssima conferência intitulada *Conceptos Modernos de Derecho Internacional*, que ficou conhecida posteriormente como *O Dever dos Neutros*. Demonstrando conhecer a fundo o país cujo centenário de Independência se celebrava, Rui Barbosa fez então aprofundada análise da formação da sociedade argentina.

Ao tratar especificamente do tema da neutralidade, realçava que esta, em função das interdependências crescentes, não poderia resultar de uma postura de indiferença, mas, ao contrário, requeria o valor justiça, vetor fundamental do Direito também no plano internacional.

A permanência de Rui em solo argentino é breve, porém intensa, e oferece-lhe oportunidade para examinar de forma detida os aspectos mais relevantes do relacionamento bilateral. Ao apresentar suas credenciais ao presidente Victorino de

la Plaza, sublinha a necessidade de que os antagonismos aparentes se resolvam “por mútuas concessões” E prossegue: *“Estas as condições em que se podem e devem desenvolver, paralela e cooperativamente, a República Argentina e o Brasil, dos quais não se errará, dizendo que tudo na sua situação natural os aproxima, e só uma inteligência superficial das suas necessidades os poderia desunir.”*

Em discurso proferido no Jockey Club, durante banquete em homenagem ao presidente argentino, Rui afirma que a política que inspira o Governo brasileiro é de paz e fraternidade para com a República Argentina *“sua grande irmã, primogênita nas instituições, mas companheira, amiga inseparável e imprescindível colaboradora na obra da civilização, da paz e da honra americana”* E prossegue, num rasgo de admirável presciência: *“só me resta desejar, aguardar, confiar que os dois governos, entrando reciprocamente no campo das medidas que devem converter essas aspirações profundas entre os dois povos em realidades irretatáveis de parte a parte, completem o esboço inicial do ABC com as grandes conseqüências práticas de uma colaboração geral em uma vasta construção contratual das novas instituições internacionais na ordem política, na ordem econômica, na ordem jurídica, pelas quais está chamando o papel destas democracias latino-americanas como precursoras do futuro, que há de submeter o mundo ao divino princípio da resolução de todos os problemas humanos segundo as leis da persuasão, da justiça e da solidariedade.”*

A mesma confiança no importante potencial de cooperação entre Brasil e Argentina é sublinhado por outro antigo aluno do Largo de São Francisco, o Barão de Rio Branco, patrono da Diplomacia brasileira. No discurso que proferiu ao ser homenageado pelos corpos docente e discente da Faculdade de Direito de São Paulo, em 5 de outubro de 1907, saudado por Pedro Lessa, um de meus ilustres antecessores na Cátedra de Filosofia do Direito, Rio Branco afirmou que a Faculdade foi o lugar em que verdadeiramente aprendeu *“as regras do Direito e do dever.”*

Dentre tais regras, era especialmente cara a Rio Branco aquela que ressalta a importância da paz para o desenvolvimento dos povos, em especial para as nações novas do continente sul-americano. Rio Branco teve como parceiro na construção do entendimento entre os nossos dois países o ilustre diplomata e homem público argentino Ramón Cárcano. Este foi grande amigo seu desde muito jovem, como relata Rosendo Fraga no seu recente livro *Ramón Cárcano diplomático – La história como instrumento de la diplomacia*, editado pelo Conselho Argentino para as Relações Internacionais – CARI, órgão dirigido pelo Embaixador Carlos Muñiz, grande referência da diplomacia argentina e do entendimento entre nossos dois países.

Em discurso proferido em abril de 1909, por ocasião do seu sexagésimo aniversário, Rio Branco criticava duramente aqueles que se entregam “à loucura das hegemonias ou ao delírio das grandezas pela prepotência”, acrescentando: “*Estou persuadido de que o Brasil do futuro há de continuar invariavelmente a confiar acima de tudo na força do Direito e do bom senso*”

Tal convicção traduziria para Rio Branco um dos vetores fundamentais da inserção do país na região e no mundo, pois “*a nação brasileira só ambiciona engrandecer-se pelas obras fecundas da paz, com os seus próprios elementos, dentro das fronteiras em que se fala a língua dos seus maiores, e quer vir a ser forte entre vizinhos grandes e fortes, por honra de todos nós e por segurança do nosso continente.*” Nesse contexto, é significativo o interesse de Rio Branco em promover, por meio de um *Tratado de cordial inteligência e de arbitramento entre Brasil, Argentina e Chile*, o chamado A.B.C., - a que fez referência Rui Barbosa no discurso que mencionei - a incipiente - estamos em 1909 - noção de integração regional, fundamentada num instrumento que permitisse “assegurar a paz e estimular o progresso da América do Sul”

As palavras de Rio Branco ilustram uma visão do Brasil e de sua forma de inserção no mundo. Elas moldaram a maneira do agir diplomático do país e da condução de nossa política externa, que está permeada, no meu entender, por uma leitura essencialmente grociana da realidade internacional. Conflito e cooperação podem ser geridos pelo Direito e pela Diplomacia, que são meios de reduzir o impacto da política de poder e lidar com os riscos de anarquia inerentes à dinâmica de funcionamento do sistema internacional.

As reflexões de Rui e de Rio Branco são pertinentes para minha exposição esta noite e também estão ligadas à minha trajetória de Professor.

É a correlação entre a legitimidade do poder e a justiça da norma que a torna plenamente realizável. Por isso, nas minhas atividades acadêmicas e de homem público venho destacando a determinante confluência entre a Filosofia do Direito e a Filosofia Política. Seguindo a lição de Norberto Bobbio, creio que democracia e direitos humanos, no plano interno, e paz, no plano internacional, operam numa dialética de mútua implicação e polaridade - para recorrer à terminologia de Miguel Reale, meu mestre e antecessor na Cátedra de Filosofia do Direito na Faculdade de Direito de São Paulo.

É por esse motivo que vejo na elevação do patamar de entendimento entre nossos dois países - que devemos na década de 80 à clarividência dos presidentes Raúl Alfonsín e José Sarney - um lastro axiológico excepcional. Com efeito, ambos

primeiros mandatários foram guiados pela “idéia-força” de que a aliança entre o Brasil e a Argentina era um caminho seguro para a democracia, os direitos humanos e a paz – temas recorrentes do meu percurso de intelectual e de homem público.

Posteriormente, o Mercosul aprofundou e alargou essa visão, nas condições trazidas pela mudança do sistema internacional produzidas pelo fim da Guerra Fria. Para seus membros, passou este a representar, na década de 90, uma maneira de ser e estar no mundo, seja no plano político, seja no plano econômico, seja no dos valores.

O Mercosul, que adquiriu a dimensão superior de uma política de estado, tanto para a Argentina, nas Presidências Carlos Menem e Fernando de la Rúa, quanto para o Brasil, nas Presidências Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, é um ordenamento jurídico de integração. Nesse sentido, observo que a correspondência entre as normas jurídicas e a realidade internacional não é automática, em função da distribuição individual de poder entre os Estados.

Como estudioso do Direito Internacional Econômico, não-desconheço a força e o papel da reciprocidade dos interesses e o que significam os riscos e as possibilidades inerentes à criação e aplicação das normas de direito internacional econômico. Essas, como verifiquei com base na minha experiência na OMC, são muito mais inteligíveis à luz da lógica de uma “jurisprudência de interesses” do que sob o estrito ângulo de uma “jurisprudência de conceitos”

No trato do aleatório e da conjuntura inerente à vida econômica, é possível ter dois tipos de atitudes na calibração de um ordenamento jurídico, para lançar mão de conceito utilizado por Tércio Sampaio Ferraz. A primeira é a de lidar com os riscos de conjuntura, qualificando o compromisso e o empenho dos estados e permitindo conseqüentemente a suspensão da aplicação das normas em função de circunstâncias excepcionais. São as salvaguardas de risco – os “waivers” e as “escape clauses” – contempladas, por exemplo, em vários dispositivos dos acordos do FMI e da OMC.

A segunda atitude está ligada às técnicas voltadas para planejar o cumprimento das obrigações, que permitem conservar a reciprocidade dos interesses que os motivaram, mediante a adaptação do ordenamento aos acidentes da conjuntura e do aleatório. São as salvaguardas de desempenho, que não buscam a suspensão da aplicação das normas, mas sim meios e modos de aplicá-las, mesmo em circunstâncias que requerem a gestão de riscos. Tais são, por exemplo, as salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica, que não têm como objetivo impedir a utilização da energia nuclear, mas antes resguardar o perigo de seu desvirtuamento para fins militares.

O Mercosul, por sua natureza e por ser um instrumento jurídico que cuida de relações de longa duração e execução continuada, não é um contrato comercial um acordo internacional que trata apenas de compras e vendas entre a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai. É tecnicamente um contrato plurilateral, onde o elemento fundamental é o objetivo comum. Este tem uma função instrumental no sentido de que a satisfação do interesse dos países contratantes passa pela realização do escopo que compartilham - “*comunionem adferunt*” como ensinava Hugo Grócio.

Faço essas observações por acreditar que, nessa fase difícil pela qual passa o Mercosul, nosso caminho deve ser o de trabalhar e enfatizar as salvaguardas de desempenho. Estas constituem uma regra de calibração que evita a desintegração do ordenamento e permite o seu funcionamento em novas condições de temperatura e pressão. Na construção de tais salvaguardas precisamos ser conduzidos pela sabedoria das adaptações criativas, sem nunca perder o horizonte de “visão de futuro” que nos guia em torno do nosso projeto comum.

Ao tratar das categorias de calibração do ordenamento jurídico do Mercosul, estou indicando um caminho, ciente da complexidade da realidade e de como é desafiante o embate entre os conceitos e as práticas. Os “universais” dos conceitos são fugidios e não apenas no campo jurídico. É por isso que considero heurística a importância atribuída por Hannah Arendt, com base em Kant, aos juízos reflexivos, voltados para extrair das particularidades das situações e das conjunturas o seu alcance universal. Em outras palavras, como disse Albert O. Hirschman ao concluir, em 10 de novembro de 1989, seu discurso de agradecimento ao receber o Doutorado Honoris Causa desta mesma Universidade: a definição ou a escolha de “one best way” é não apenas problemática, mas também inadequada se utilizada como principal elemento norteador dos objetivos maiores do desenvolvimento, uma das idéias-força no relacionamento bilateral.

Na procura desse alcance, penso, no entanto, com Bobbio, que a História não recomeça “*ex novo*” a cada dez anos, e que existem “forças profundas” que moldam a diplomacia sul-americana e as relações argentino-brasileiras. É, portanto, para o significado dessas “forças profundas” que passo agora a dirigir a minha atenção, enfatizando o repertório comum de interesses convergentes.

Suas manifestações, no mais alto nível político dos dois países, têm início no limiar do século XX com a visita que o presidente Julio Argentino Roca fez ao Brasil em 1899 e naquela que o presidente Manuel Ferraz de Campos Salles realizou à Argentina em 1900. Como observou Luiz Felipe de Seixas Corrêa em livro

comemorativo do centenário desse intercâmbio, as duas visitas representariam “*acima de tudo uma antevisão do processo de integração, que só muitas décadas mais tarde viria a e instalar na relação*” É particularmente significativa, a esse respeito, a declaração do presidente Julió Roca no Rio de Janeiro frente a legisladores brasileiros: “Brasil e Argentina devem unir-se com laços da mais profunda amizade, porque juntos serão ricos, fortes, poderosos e livres”

A Diplomacia presidencial como evento estruturador da agenda diplomática entre os dois países tem também como exemplo as visitas do presidente argentino Agustín Justo ao Brasil, em 1933, reciprocada pelo presidente Getúlio Vargas dois anos mais tarde. A visita de Vargas foi um marco da importância atribuída por seu Governo às relações com a América do Sul, como se pode verificar em inúmeras passagens do seu Diário.

A assinatura do Pacto Anti-bélico foi o ponto de destaque da visita do Presidente Justo, descrita em seu relatório ao Congresso em 1934 nos seguintes termos: “*respondiendo a los mismos anhelos de paz y armonía internacional se há reanudado una de las mejores tradiciones de nuestra vida diplomática, estrechando relaciones de amistad con países a los que debemos considerarnos atraídos por sentimientos y intereses convergentes*”

Lastreada em antecedentes históricos dessa ordem, a prioridade dada pela política externa brasileira à Argentina permanece um dado incontestável de nosso relacionamento bilateral. Ao tomar posse como Chanceler do Brasil em 29 de janeiro do corrente ano, procurei dar o devido realce a essa orientação ao reafirmar “*a aliança estratégica com a Argentina como uma das linhas mestras da política exterior do presidente Fernando Henrique, fator decisivo para a evolução do Mercosul e um dos dados-chave da equação sul-americana.*”

Para mim, essa caracterização tem um significado que vai além da reafirmação, na capacidade de ministro das Relações Exteriores, de uma diretriz essencial do Governo Fernando Henrique Cardoso. Como acabo de assinalar, encontro uma identificação pessoal, baseada no pensamento e nas reflexões que desenvolvi ao longo de minha trajetória na promoção de relações de caráter especial entre o Brasil e a Argentina marcadas pela noção de uma parceria estratégica. Tal caracterização hoje se justifica, tanto pela amizade e solidariedade entre nossos povos, quanto pelo interesse comum em eliminar a pobreza e a exclusão de nossas sociedades. Torna-se essencial, assim, fortalecer nossas condições de inserção num mundo que simultaneamente se globaliza e se regionaliza.

É esta a visão, realçada pelo professor Aldo Ferrer em sua apresentação, que com relação à Argentina sempre norteou minha atuação. Destaco, aliás, que minha visão tem sido adensada por um contínuo diálogo com o professor Ferrer – a quem conheci há muitos anos por intermédio de Hélio Jaguaribe. Desde então sempre admirei sua integridade de caráter, a seriedade de sua pesquisa e a clareza de seu pensamento. São virtudes que se refletem em seus trabalhos sobre a economia argentina, a globalização, a integração econômica da América Latina, entre outros temas, e que eu próprio testemunhei na prática, quando participei, de 1986 a 1987, do Grupo de Personalidades convocado pela OEA para assessorar o secretário-geral da Organização. Com efeito, o grupo teve como relator o professor Ferrer e o nosso documento conclusivo, intitulado “Desarrollo Integral y Democracia en América Latina y el Caribe” que a ele tanto deve, antecipou muitos dos desafios da década de 90.

Na idealização e implementação dessa política entre Brasil e Argentina e, num sentido mais amplo, na sua expressão no contexto sul-americano, hemisférico e global, tenho a satisfação e o orgulho de compartilhar a perspectiva de nomes ilustres. Remontam eles, como assinalei, a Rio Branco e Rui Barbosa. Esta perspectiva também encontra identificação contemporânea, na Academia e no Governo, em personalidades como, para citar apenas algumas, André Franco Montoro, Hélio Jaguaribe e, naturalmente, o próprio presidente Fernando Henrique Cardoso, a quem acompanhei, quando desempenhávamos funções exclusivamente acadêmicas, em inúmeros seminários em Buenos Aires.

Fernando Henrique Cardoso foi, desde os anos 50, como ele mesmo afirmou em entrevista a Roberto Pompeu de Toledo que constitui o livro *O Presidente segundo o Sociólogo*, um homem consistentemente voltado para a Argentina, inclusive pelos laços de amizade e de parceria intelectual com os professores Gino Germani e Torcuato di Tella. Esta postura do intelectual foi reiterada no campo de ação pelo homem público, seja como ministro das Relações Exteriores, seja como titular da Fazenda, culminando no sentido de direção que vem imprimindo à política externa brasileira na sua lúcida Presidência.

No extenso rol das manifestações de afinidade entre nossos dois países que tenho aqui referido, destaco ainda duas outras declarações em momentos igualmente ricos de significado. A primeira, datada de 12 de julho de 1908, tem como pano de fundo uma atividade que se mantém até os dias de hoje como um bastião de rivalidade entre nós e conseqüentemente continua a mobilizar profundamente as emoções de nossos povos, embora, neste caso, justificada e saudavelmente.

Trata-se de uma visita ao Brasil de equipe de futebolistas argentinos, homenageados por Rio Branco, ministro das Relações Exteriores, em almoço no Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro, com a presença do ministro argentino. Destaco as palavras então pronunciadas pelo Chefe da Diplomacia brasileira que, ao rebater opiniões de “jornalistas mal-informados”, afirmou: *“todos aqui desejamos ardentemente que a República Argentina inteira tenha confiança na nossa leal amizade e a ela corresponda com a mesma cordialidade com que lhe desejamos sempre toda as prosperidades e todas as glórias da paz”*

A segunda manifestação ocorre no contexto da visita de Horácio Lafer, então chanceler do presidente Juscelino Kubitschek, a esta capital em novembro de 1959, quando, ao condecorar o presidente Arturo Frondizi com a Ordem do Cruzeiro do Sul, destacou que *“nunca, como hoje, as relações entre a Argentina e o Brasil formaram um céu despido de nuvens e de sombras. As nossas classes militares se conhecem, se respeitam e sabem que poderão estar um dia juntas, contra qualquer perigo comum, sempre ombro a ombro, jamais face a face. Os nossos políticos e dirigentes estão cada vez mais entrelaçados por estima recíproca. Nossas economias são complementares e não concorrentes. Nossos povos enfrentam os mesmos problemas e anseiam pelos mesmos ideais. Queremos, por isso mesmo, para o outro, o que desejamos para nós mesmos”*

Na mesma visita, o chanceler firmou Protocolo de Consulta cuja pertinência permanece inalterada, ao determinar, entre outros pontos, consultas cada vez mais freqüentes entre os dois Governos “para o assuntos de âmbito internacional que possam ser, direta ou indiretamente, do interesse dos seus países” assim como “ter sempre em vista a conveniência de manter uma atuação coordenada dos seus representantes diplomáticos, especialmente no tratamento de problemas comuns aos Estados Americanos”

Em ambos casos, fica a nítida impressão de que tais palavras poderiam haver sido pronunciadas ou acordadas em nossos dias, tal a sua atualidade. Assim como inúmeras outras manifestações ao longo dos anos, creio que essas palavras são a seu modo reveladoras da profundidade da aspiração de maior proximidade entre os dois países e da consciência de sua comunidade de interesses. No caso da visita do chanceler Horácio Lafer a Buenos Aires, vale observar que dela resultou, meses mais tarde, o encontro de Uruguaiana entre os presidentes Frondizi e Jânio Quadros, momento de grande convergência entre os dois países, que até hoje tem reverberações positivas e que por isso menciono com gosto nesta exposição. Recordo a propósito o relato que

daquele momento faz Oscar Camilión em seu recente livro *Memorias Políticas – De Frondizi a Menem (1956-1996)*, no qual também dá conta de sua ação diplomática em prol do entendimento entre os dois países. Aponto igualmente os desdobramentos conceituais desse encontro contidos na Declaração firmada em 15 de novembro de 1961, em Buenos Aires, pelos chanceleres Miguel Ángel Cárcano e San Tiago Dantas.

Não há hoje qualquer dúvida quanto ao caráter único e à singular importância das relações Brasil-Argentina para cada um dos nossos países. São relações que se refletem em praticamente todos os aspectos da vida nacional dos dois países, encontram sua base na comunhão de valores existente entre ambos e têm no Mercosul o seu projeto internacional mais relevante – elementos que estão na base da sua caracterização como uma aliança estratégica. Aprofundá-la e torná-la ainda mais densa é um objetivo de primeira ordem.

É o que estamos fazendo, levando plenamente em conta os difíceis desafios conjunturais que se nos antepõem, contribuindo para que a economia argentina encontre novamente o caminho do crescimento sustentável e da competitividade. Para o Brasil, uma Argentina forte e próspera é hoje um dado essencial, com impacto sobre o próprio projeto nacional, tendo em vista não-só o grau de interligação das duas economias mas também sua projeção externa. Esta passa pela consolidação do Mercosul, transita pela participação conjunta nas negociações em torno de uma área de livre comércio nas Américas e é um dado-chave para acordos de associação inter-regional, como aqueles que atualmente se negociam entre o Mercosul e a Comunidade Andina (CAN) e entre o Mercosul e a União Européia. Em poucas palavras, é isso tudo que nos dá a credibilidade de um “soft power”, indispensável para vida internacional contemporânea.

É também o que estamos fazendo em toda a gama de nossas relações bilaterais, cada vez mais marcadas pela consulta e coordenação de políticas e posições. Essa prática foi preconizada, como recordei há pouco, pelo Protocolo de Consulta firmado em 1959. Segui essa mesma diretriz em 1992, quando ocupei pela primeira vez a pasta das Relações Exteriores, nos meus entendimentos com o então chanceler do presidente Menem, Guido di Tella. Na ocasião, tive a satisfação de ser o responsável do lado brasileiro, pelo calendário de Las Leñas – etapa importante do processo Mercosul. Mantive-a em 1999, em momento delicado, quando fui Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio do presidente Cardoso. Como titular do Ministério das Relações Exteriores desde janeiro deste ano, a ela sou escrupulosamente fiel nos permanentes contatos com meu amigo e parceiro, o chanceler do presidente

Fernando de la Rúa, Adalberto Rodríguez Giavarini. As consultas que hoje mantemos abarcam campos como a coordenação macroeconômica; a cooperação consular e a realização de consultas regulares sobre os assuntos políticos da agenda internacional regional e global.

Essas são medidas que não apenas adensam as relações e contribuem para uma integração cada vez mais tangível e benéfica, mas também preparam nossos países para melhor enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, marcado por uma permeabilidade entre os assuntos “internos” e “externos” muito maior do que no passado. Dos debates na OMC às ameaças à estabilidade democrática em nossa própria região. Das novas formas de protecionismo aos novos desenvolvimentos no campo do desarmamento e da não-proliferação e suas implicações para o quadro estratégico mundial. Dos vários foros de negociações globais — como clima, florestas, racismo, questões de saúde pública — aos questionamentos cada vez mais freqüentes da sociedade civil mundial à globalização e à universalização de certas regras de convivência internacional. Todas essas são questões para nós relevantes, pois de uma ou de outra forma nos afetam, como Estados soberanos, como parceiros estratégicos, como membros do Mercosul, como partes de uma região de características próprias - a América do Sul, e como países latino-americanos com interesses gerais e universais.

Como parceiros num projeto comum de integração e de inserção internacional, Brasil e Argentina também devem empenhar-se na articulação do nosso espaço no continente sul-americano, articulação que a meu ver representa tanto um desdobramento natural da crescente vinculação bilateral e no âmbito do Mercosul, quanto um elemento catalisador de crescimento e desenvolvimento econômico e comercial da nossa região.

De fato, a geografia impõe-se cada vez mais como um fator fundamental não só no que diz respeito à proximidade de mercados, mas também ao aproveitamento de sinergias nos campos de energia e transportes, contribuindo para reduzir custos e aumentar a eficiência de produção, com benefícios tangíveis para o comércio inter- e extra-regional. Se em outros momentos de nossas relações bilaterais houve alguma tendência a tratar o fator geográfico pelo ângulo da geopolítica como ramo da estratégia militar, hoje, com ambas sociedades vivendo sob o signo da democracia, o enfoque é necessariamente geoeconômico.

O aproveitamento dos recursos hídricos na Bacia do Prata é ilustrativo a esse respeito. Tema a seu tempo marcado pela controvérsia entre ambos países sobre como aproveitar tais recursos em zonas limítrofes, hoje é objeto de intensa cooperação,

que abarca não apenas as áreas de interconexão energética – questão essencial, sobretudo no atual contexto de escassez no Brasil – mas também outras, como meio ambiente e desenvolvimento fronteiriço. É sem dúvida um exemplo marcante do que costumo chamar a transformação das *fronteiras de separação* em *fronteiras de cooperação*.

Esse processo de integração que busca fazer a melhor economia de nossa geografia encontra-se em curso, em maior ou menor grau e intensidade, entre todos os países limítrofes do continente sul-americano e constituiu um dos principais pontos objeto da Reunião de Presidentes realizada em Brasília em setembro de 2000 por iniciativa do presidente Fernando Henrique Cardoso. Um seguimento oportuno e adequado da Reunião de Brasília afigura-se, conseqüentemente, elemento fundamental para a crescente integração da infra-estrutura do espaço geo-econômico regional e sub-regional. Estamos empenhados nessa tarefa que, no entanto, para ser bem-sucedida necessita, naturalmente, da continuidade do apoio e do engajamento por parte de nossos vizinhos.

Consideramos a integração da América do Sul condição essencial para o desenvolvimento sustentável da região. A ampliação da integração econômica pressupõe o fortalecimento da integração física entre os países sul-americanos. É necessário construir, melhorar e ampliar rodovias; ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos, gasodutos e oleodutos, além de integrar as redes de energia e de telecomunicações, de forma a facilitar o intercâmbio de bens, pessoas e informações entre os países da região e deles para o resto do mundo. A formulação de um plano baseado num conjunto de projetos de infra-estrutura moderna e eficiente tem-se inspirado no conceito de *Eixos de Integração e Desenvolvimento*, tendo como foco o desenvolvimento sustentável da região, que inclui os aspectos econômicos, sociais, ambientais e tecnológicos. Tive ocasião de tratar de pontos como esses, relativos à integração da infra-estrutura da América do Sul, em recente artigo, publicado no jornal *La Nación* em 7 do corrente mês de agosto.

Por todas essas razões, posso afirmar com segurança que hoje, apesar das dificuldades que o atual contexto nos reserva, temos uma agenda comum, concreta e relevante de aprofundamento tanto das relações bilaterais quanto das do Mercosul.

A integração entre os dois países seguirá em frente, por exemplo - e entre tantas outras áreas:

- (i) na associação de cadeias produtivas para aumentar a competitividade dos nossos produtos em nossos próprios mercados e fora deles;
- (ii) na exploração conjunta de terceiros mercados, através da definição

de estratégias comuns de promoção comercial; na área de grande sensibilidade e potencial protecionista representada pelo controle zoossanitário e fitossanitário, de fundamental importância para dois países que não apenas são os maiores produtores agropecuários da América Latina, como grandes fregueses um do outro, onde há uma extensa agenda de providências conjuntas a tomar, incluindo a promoção da imagem externa de ambos os países como produtores agrícolas e a coordenação e interação em negociações internacionais;

(iii) na coordenação macroeconômica;

(iv) na área nuclear, em que tanto se avançou na construção da confiança e que já constitui um domínio de cooperação ativa na pesquisa e desenvolvimento tecnológico e industrial, hoje fortalecida pela assinatura da declaração sobre a criação da ABAEN, que muito deve, do lado argentino, às iniciativas do professor Aldo Ferrer; a ABAEN será uma agência binacional que refletirá na área da cooperação o que a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle, a ABACC - cujos dez anos de existência hoje também comemoramos - representa na área da inspeção e transparência;

(v) nos campos da livre circulação de pessoas e da facilitação de trâmites consulares e notariais, que tantas dificuldades e entraves ainda impõem aos nossos turistas, empresários, estudantes, e artistas.

Esses são objetivos que estimo coerentes e condizentes com o porte que hoje assume a relação Brasil-Argentina, verdadeira parceria de grande alcance que nos fortalece mutuamente, facilita nossa inserção no mundo e constitui um dado-chave da estabilidade política e do crescimento econômico sustentável na América do Sul. Trabalhar em prol de sua consolidação é para mim, além do fiel cumprimento da orientação do presidente Fernando Henrique Cardoso, um ato de fé nas minhas próprias convicções como estudioso de política externa e relações internacionais, assim como nas forças profundas de amizade e identificação que unem nossos dois povos.

Argentina, Buenos Aires, 14 de agosto de 2001